

43º Encontro Anual da Anpocs

## **Deslocamento político do empresariado industrial nos anos 2010 e a crise do lulismo**

**ST12 - Estado, burguesia e capitalismo no Brasil**

Coordenação: Armando Boito Júnior (UNICAMP), Marcus Ianoni (UFF)

### **Autores**

Hugo Fanton R. da Silva  
Pós-doutorando em Ciência Política na USP

Gabriel Nunes de Oliveira  
Mestrando em Ciência Política na USP

**São Paulo  
Outubro de 2019**

## 1. Introdução

Desde a eclosão da crise financeira global em 2008, diferentes países do mundo passam por crises econômicas, políticas e sociais, com progressiva perda de legitimidade social da democracia representativa e intensificação da ortodoxia neoliberal na condução macroeconômica. Tal contexto é vivenciado no Brasil, com mudanças de forma e conteúdo na imposição de interesses pelas classes dominantes: os instrumentos e espaços da democracia representativa conformados na Constituição de 1988 são sobrepostos por formas autoritárias de imposição de interesses, e a política econômica assume um conteúdo neoliberal ortodoxo de acentuada redução de direitos das classes trabalhadoras e amplo favorecimento dos interesses financistas. Este trabalho parte da hipótese de que o empresariado industrial brasileiro integra esse processo de mudança de posição e de forma de atuação política, e compõe uma unidade burguesa “antidesenvolvimentista”, alinhada em torno de políticas de austeridade (SINGER, 2015).

A análise da “mudança de posição” remonta ao comportamento político do empresário industrial no Governo Dilma (PT: 2011-2016). Recorremos ao termo “ensaio desenvolvimentista” para expressar conceitualmente a “nova matriz econômica” de 2011, que estabeleceu um conjunto de medidas voltadas à retomada da industrialização, com base político-social nas forças que compunham uma “coalizão produtivista”: empresários industriais associados ao proletariado organizado em sindicatos e ao subproletariado organizado em movimentos populares. Seu programa foi contraposto pela atuação da “coalizão rentista”, cuja base era o capital financeiro e a classe média tradicional, unificados em torno da defesa do neoliberalismo ortodoxo. A partir do final de 2012, houve uma intensificação das disputas políticas, com o início do progressivo deslocamento político de diferentes setores do empresariado e formação da “frente única burguesa antidesenvolvimentista”. A mudança de posição esteve relacionada a questões como a acentuação do impacto da crise no cenário brasileiro, o avanço da intervenção estatal como resposta governamental, o grau de financeirização da economia, a redução das taxas de lucro, a queda no investimento direto, as pressões sobre o mercado de trabalho e a intensificação das lutas político-sociais e da atividade sindical (SINGER, 2015).

Entendemos que, para avançar nessa análise e definição, é fundamental discutir as formas como cada uma das forças atuaram, se seus posicionamentos e ações correspondem à hipótese de deslocamento político, e de que modo seu comportamento contribuiu com a intensificação da crise e conformação de novas relações de hegemonia. Nesse sentido, este trabalho apresenta resultados comparados de duas pesquisas em andamento, sobre dois segmentos da indústria: a construção civil e a de autopeças, dois dos principais setores em número de empregos e participação no valor adicionado bruto nacional. Para ambos, os governos Lula e Dilma direcionaram políticas específicas, em diálogo com empresários e associações de classe, de modo que uma análise aprofundada de seus posicionamentos pode contribuir com a definição das disputas políticas do período.

## 2. Metodologia

Os estudos foram conduzidos com mesma metodologia. Após revisão bibliográfica, foi iniciada uma análise de documentos com referência à atuação e posicionamento político do empresariado da construção civil no setor de habitação e o de autopeças. Aqui, inclui-se: i) relatórios e demais publicações de agências, câmaras e associações de classe empresariais; e ii) posicionamentos públicos na grande imprensa e em veículos especializados do setor. Além da análise documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com empresários, com o objetivo construir uma descrição sobre suas visões de mundo e posicionamentos políticos diante das ações dos governos no período.

As entrevistas foram realizadas por contato direto estabelecido com o entrevistado, levantado como fonte de pesquisa após análise documental. A escolha dos entrevistados se fundamentou nos critérios de viabilidade e correspondência com o objeto de pesquisa. A isso se somaram pesquisas em bases de dados oficiais sobre a evolução econômica de cada um dos setores e das políticas adotadas, com destaque para os números disponíveis no Sistema de Contas Nacionais do IBGE<sup>1</sup>.

Na descrição e análise dos resultados, as pesquisas se orientaram pelas hipóteses e método adotados por Cardoso (1972) em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, a fim de identificar os determinantes de suas inversões e seus posicionamentos políticos. “Quisemos determinar as características do comportamento social dos industriais e a ‘mentalidade empresarial’ existente, tentando defini-las como ‘totalidades singulares’ que se constituíram a partir de condições específicas, que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica (CARDOSO, 1972, p. 47). Nesse sentido, busca-se compreender sua visão de mundo e seu comportamento político como possibilidades constituídas no interior de um processo econômico específico e de uma formação capitalista periférica específica.

## 3. Resultados e discussão

### 3.1 Empresariado da construção civil e a política de habitação nos governos Dilma

A indústria da construção civil que atua no subsetor de habitação foi contemplada pelo “ensaio desenvolvimentista” nos governos Lula e no primeiro mandato de Dilma, por medidas como a redução de juros para o financiamento habitacional, o uso intensivo do BNDES e por políticas direcionadas, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Nesse contexto, houve uma dinâmica constante de aproximação, distanciamento, conformação de alianças e disputas entre diferentes forças atuantes na habitação: as empresas da construção civil, associações de classe patronais, sindicatos de trabalhadores, entidades de base comunitária e movimentos de moradia.

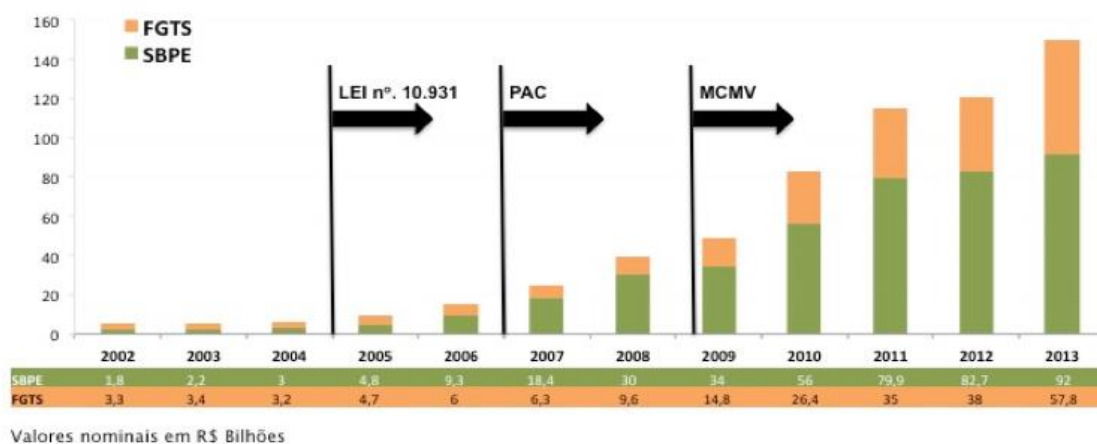
---

<sup>1</sup> Agradecemos ao Prof. Dr. Fernando Rugitsky, da FEA-USP, pela orientação no trabalho com os dados estatísticos.

Já no primeiro mandato de Lula (PT: 2003-06), a política habitacional deu base para uma expansão econômica sem precedentes do setor, em consonância com os interesses dos empresários e de movimentos de moradia. Dentre as políticas adotadas, pode-se destacar: aprovação da lei 10.931/2004, que instituiu o regime especial de tributação para incorporações imobiliárias e deu bases para a regulamentação da “Alienação Fiduciária”, que “permite ao credor manter a posse do imóvel até o devedor quitar a dívida”, garantindo maior segurança jurídica ao financiamento; a Resolução Nº 3.259 do Banco Central, que obrigou os bancos a aplicar porcentagem da Poupança e do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) em empréstimos imobiliários, ampliando o crédito de R\$ 2 bilhões, em 2002, para cerca de R\$ 18 bilhões em 2007; a Resolução Nº 460 do Conselho Gestor do FGTS, de 2005, que ampliou os subsídios; e a aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), resultado de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular apresentado por um movimento de moradia, a UNMP - União Nacional por Moradia Popular (FIX, 2011, p. 133-4).

Os eixos estruturantes da política habitacional dos governos Lula foram a ampliação do mercado privado para a classe média, e a concentração do investimento público “nas faixas de renda situadas abaixo dos 5 salários mínimos” (MARICATO, 2005). No segundo mandato de Lula, pressões de movimentos de moradia levaram à conquista da Lei 11.578/2007, que instituiu a possibilidade de repasse financeiro aos movimentos para produção habitacional. A isso se somou, como resposta à crise econômica de 2009, o MCMV, programa que se divide em: MCMV Construtoras, responsável pela execução de cerca de 97% dos recursos previstos, por meio da oferta e produção direta de unidades habitacionais por construtoras privadas; e MCMV Entidades, que acessou 3% das receitas, por meio de “entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação rural e urbana”. Em 2009, primeiro ano de execução do programa, foram oferecidos R\$ 34 bilhões em subsídios, um “fato inédito na história do país” (FIX, 2011, p. 140).

**Gráfico 1 – Valores de financiamento federal habitacional 2002-2013 (SBPE e FGTS)**



*Extraído de KLINTOWITZ, 2015, p. 238*

A política habitacional do primeiro mandato de Dilma (PT: 2011-14) deu continuidade às

medidas, com enfoque no MCMV e aumento significativo do volume de recursos investidos e de unidades contratadas. No Plano Plurianual (PPA) de 2012 a 2015, “dos 26% dos recursos do Orçamento Geral da União alocados para infraestrutura, 32,6% foram destinados à habitação, o que equivale ao montante de R\$ 389,7 bilhões” (KLINTOWITZ, 2015, p. 238). Conforme gráfico acima, a curva ascendente de destinação orçamentária aponta para uma política expansiva do primeiro mandato de Dilma no que se refere à moradia. De 2009 a 2013, crescem mais de 100% os recursos destinados ao financiamento habitacional tanto da poupança quanto do FGTS, em um movimento contínuo de expansão dos investimentos federais na habitação.

É a partir dessa contextualização que a pesquisa com os empresários do setor foi realizada. A escolha dos entrevistados se fundamentou nos critérios de correspondência com os objetivos da pesquisa, ou seja, buscou-se empresas que acessaram diretamente recursos estatais pelas políticas habitacionais, sobretudo o MCMV, e de forma complementar donos de construtoras voltadas aos setores de rendas média e altas, beneficiados pelo aumento do acesso ao crédito e dos recursos disponíveis no sistema de financiamento habitacional. Também houve uma busca por empresas de diferentes portes. As entrevistas tiveram como principais objetivos definir um perfil dos empresários e de suas empresas, descrever as relações que estabelecem com as políticas setoriais e suas visões de mundo acerca do Estado, da sociedade e dos governos, com enfoque no primeiro mandato de Dilma.

As entrevistas foram agrupadas de acordo com o porte das empresas, definido a partir da combinação dos critérios adotados pelo BNDES (faturamento) com os do Sebrae/Dieese (número de funcionários). Foram entrevistados cinco donos de empresas pequenas (denominados P), classificadas dessa forma por possuírem de 20 a 99 funcionários diretos e faturamento anual entre R\$ 5 milhões e R\$ 20 milhões; três donos de empresas médias (denominados M), com o número de 100 a 500 funcionários diretos e faturamento anual de R\$ 20 milhões a R\$ 300 milhões; dois empresários de grandes construtoras (denominados G), que possuem mais de 500 funcionários e faturamento anual acima de R\$ 300 milhões; e um presidente de associação empresarial nacional na área da construção civil. A cada empresário corresponde um número, como forma de diferenciação.

### Quadro de entrevistas

Entrevistado	Nº de Funcionários	Faturamento anual (R\$ milhões)	Participa do MCMV?	Outras Características	A favor da saída de Dilma?	Participou de manifestação pelo impeachment?
P-1	20	20	Sim	Comprou em 2000. Teve grande porte entre 2009-2013. Porém, quase foi à falência em 2014-15 e hoje tem pequeno porte	Sim	Sim
P-2	20	X	Não	Dívidas impedem que se estime o faturamento.	Sim	Sim

				Sócio-presidente desde os anos 1980. Empresa voltada a rendas média e alta, foi de grande porte, com queda em 2013.		
P-3	25	30	Não	Sócio entre 1985-2004, quando vendeu sua participação e se mudou para os EUA. Ao retornar, em 2009, foi diretor de construtora de grande porte por oito anos. Em 2016, fundou nova construtora, para rendas média e alta	Sim	Sim
P-4	20	10	Sim	Nasceu do desmembramento de outra empresa, de grande porte, em 2010. Mais de 500 contratos, sobretudo obras públicas. Com a queda nos contratos em 2013, passou a ter porte pequeno	Não	Não
P-5	42	-	Sim	Integra a construção como produtora de estruturas de alumínio, sobretudo para obras do MCMV. É filiado ao PTB e já disputou eleição como candidato a vice-prefeito	Sim	-
M-1	180	30,5	Sim	Criada em 2011, 16 obras, 12 pelo MCMV, uma pelo MCMV-E em parceria com movimento	Sim	-
M-2	100	40	Sim	Fundada em 2016 e especializada no MCMV. Possui sociedade em outras duas construtoras, mais antigas e voltadas a rendas média e alta. Realiza obra do MCMV-E com um movimento	Sim	Sim
M-3	200	100	Sim	Possui mais de dez construtoras com atendimento do MCMV, em sociedade com outras pessoas. A maioria das empresas é de pequeno porte, mas o faturamento e número de funcionários foram somados	Sim	Sim
G-1	Mais de 500	800	Não	Presidente de uma das maiores construtoras do país, com capital aberto na bolsa, ativo total em	Sim	Sim

				R\$ 2 bilhões. Possui maior parte das ações. Empresa voltada a rendas média e alta		
G-2	Mais de 500	820	Sim	Diretor de Relações Institucionais e sócio minoritário. Empresa familiar, com foco na baixa renda e no MCMV. Faturamento atingiu R\$ 1,7 bilhão em 2014, melhor da história da empresa. É diretor e conselheiro de associações empresariais	Sim	Não
A-1	-	-	-	Presidente de uma associação empresarial nacional no setor da construção civil	-	-

*O símbolo (-) significa que o entrevistado não respondeu à pergunta e a informação não foi encontrada em outra fonte.*

Inicialmente, ressalta-se que apenas um empresário se posicionou contra a queda de Dilma e seis deles declararam ter pessoalmente participado de manifestações a favor do impeachment a partir de 2015. Nenhum participou de atos em 2013. Todas as empresas cresceram no período de 2003 a 2013, e cinco delas foram criadas após 2010. Dessas, duas realizam obras também no MCMV-Entidades, em parceria com movimento/associação de moradia. Apesar disso, os donos de tais empresas defenderam a saída de Dilma, atribuindo a ela e ao PT as causas da crise. Todos os empresários disseram ter sentido os impactos da crise econômica, com divergências em relação ao momento: 2013, 2014 e 2015, porém com predomínio ao final de 2014 e início de 2015. A empresa de capital aberto perdeu cerca de 70% de seu valor de mercado na bolsa de 2014 a 2019.

Três empresas (P-1; P-2; e P-4) eram médias ou grandes, diminuíram significativamente de porte após 2013 e estiveram próximas da falência. O empresário P-4 é o único que não se posicionou a favor da queda de Dilma, apesar de sua empresa ter sido diretamente afetada pela crise. Criou sua construtora com um sócio, em março de 2003, após alguns anos de trabalho na construtora de um tio. Até 2008, atingiu cerca de 400 funcionários, com predomínio de obras públicas, contratadas por prefeituras. Em 2010, comprou a parte de seu sócio e passou a conduzir sozinho a empresa. Em 2012 teve seu “melhor ano”, com “R\$ 150 milhões em contratos” e muitas obras em andamento. “Eu pensava 'nossa, 2013 vai ser o melhor ano', porque eram contratos muito bons, muito rentáveis (...) quase ia dobrar o faturamento”. No entanto, no ano seguinte, muitos deles foram rompidos pelos novos prefeitos que assumiram gestões municipais.

2013 foi o ano mais difícil de todos da minha vida, profissionalmente falando. Foi quando comecei a desfazer de muita coisa (...). Em 2014, as coisas começaram a dar

uma assentada. Mas aí foi quando começou a crise do mercado da construção civil, em 2014. Todo mundo fala “poxa, a crise, né...”. Não, a minha crise começou em 2013, por questão particular da minha empresa mesmo. Quando as coisas começaram a assentar, em 2014, começou a dificuldade de obras, a concorrência estava muito acirrada, para pegar um serviço tinha que aumentar muito sua margem de desconto. De 2014 até 2018 foram altos e baixos. (Entrevista – P-4)

No seu entender, a crise econômica advém da crise política. “A questão de interesses do governo, dos próprios governantes, isso que comprometeu bastante. Acho que eram muitos interesses conflitantes (...), sem entrar em um acordo, cada um querendo ver o seu. Essa questão da corrupção é algo que eu sempre vi”. Para ele, o melhor seria estabilizar o país com a permanência de Dilma até o final do mandato. No entanto, concorda com a atual política econômica e não atribui aos governos Lula ou Dilma os resultados de sua empresa de 2003 a 2013. “Vejo que os governos Lula e Dilma foram uma consequência do passado e, naturalmente, do próprio potencial do Brasil (...). Eu acredito, de uma certa maneira, no Bolsonaro. Pelo menos nas ideias, algumas entrevistas, ele me passa segurança naquilo que busca”. As ideias que defende e considera essenciais são o combate à corrupção e a agenda de privatizações.

O descumprimento de contratos também foi razão atribuída pelo empresário P-1 à mudança de porte de sua construtora de grande para pequena. Após comprar, em 2000, uma empresa que estava parada, focou sua atuação no segmento de habitação popular e atingiu mais de 800 funcionários e de R\$ 100 milhões de faturamento anual com o MCMV. “Em 2014, houve atraso dos pagamentos do governo federal, e de governos municipais e estaduais por causa do federal, porque começaram os problemas da época Dilma, fiquei três meses sem receber direito”. Por isso, afirma: “eu passei pela pedalada” (P-1), denominando “pedalada” o descumprimento dos contratos.

No entanto, o empresário atribui ao governo Lula os bons resultados do setor no período anterior, pois era “inexistente” uma política nacional de habitação até a criação do MCMV. “Não se poder negar que foi um grande acerto do governo Lula na época, ele montou programa, com diversos empresários que buscaram as ideias no México (...). De tudo que ele fez talvez seja a política mais correta, que vai se perpetuar, espero que seja política de Estado (...). Com o tempo era necessário ajuste, infelizmente no governo da Dilma não fizeram ajuste, para não perder emprego” (P-1).

No seu entender, o governo Dilma “foi catastrófico. Havia matriz econômica, feita através do Meirelles, na época do Lula, executada à perfeição. Em 2010 e 11, era necessário mudar essa matriz econômica, parar com expansionismo de gastos. Ia ser doloroso, mas era necessário, se continua a crescer e sendo levado a sério, o investimento externo viria e teria mais credibilidade. Quando não fez isso, o dinheiro acabou, foi farra de subsídio para todo mundo”, entende P-1, ressaltando que “faltou pulso e honestidade” no governo “em falar: não dá para contratar ou tem que diminuir o subsídio, aí empresário se vira, mas seria uma política séria (...). 'Vai dar para assinar', e não assinava.



A transparência era zero. No governo Temer, foram transparentes: 'não tem dinheiro, não tem como assinar, não vamos fazer"', diz P-1 em tom elogioso, apesar da falta de recursos.

Atribuir às medidas do governo Lula os avanços no setor foi posição minoritária entre os entrevistados. A maioria se refere ao período como o empresário P-2, que também viu sua empresa diminuir significativamente de porte após 2013. Sócio-presidente desde 1983, sua empresa cresceu nos anos 2000 e atingiu mais de 500 funcionários. Em 2007, cogitou abrir o capital em uma sociedade com outras duas construtoras, mas as negociações não prosperaram. A empresa é voltada para setores de renda média e alta, com obras financiadas por instituições bancárias. "O troço estava andando para cima, ele [Lula] inteligentemente não mexeu, e a coisa continuou subindo. Ele tinha credibilidade (...). Então, foi simples continuidade, era uma tendência". P-2 entende que nesse período os petistas "começaram a se estruturar nessa rede de corrupção que a gente viu, com Petrobras e etc, aí as coisas começaram a desandar porque país nenhum aguenta um desaforo desse tamanho". Para ele, o MCMV "era só marketing, a finalidade nunca foi resolver coisa nenhuma, só fazer bonito e angariar votos", e a crise "foi criada e mantida com muita má-fé. Não é crise que foi espontânea do mercado ou de incompetência, foi uma crise criada com competência" (P-2).

A empresa passou a ter dificuldades em 2013, com os distratos entre os clientes finais e os bancos financiadores das obras. "Quando o prédio fica pronto, você pega a parcela da dívida referente àquela unidade e fala pro comprador se acertar com o banco. E nessa parcela você sai fora. Quando vendeu, sabe que tem aquela parcela quitada no fim da obra. Mas no momento que o cara distrata, você continua devendo para o banco e não tem para quem repassar aquela parcela. Então, quem fica com o problema é a construtora, o banco não está nem aí, continua te cobrando juros, apertando", explica, enfatizando que a conjuntura de crise fez com que os bancos endurecessem as regras de financiamento ao cliente final, preferindo manter a dívida com a construtora. Perguntado sobre as medidas de Dilma em relação ao sistema bancário e à diminuição dos spreads, afirma: "não sei te dizer. Sou cara de produção, não estou tão focado nessa parte financeira. Minha área é produção". Na sua avaliação, o governo Dilma foi "o caos. Desmandos. Ninguém estava olhando pelo lado do empresário, não estavam olhando para isso, não era problema deles. Esse paternalismo de esquerda, vamos defender os mais fracos e tal, mas nunca perceberam que os mais fracos vivem junto dos mais fortes, está todo mundo remando numa mesma direção" (P-2).

A mesma posição tem o empresário P-3, que estabelece relação direta da crise com a corrupção e o excesso de gastos. "É uma vergonha o esquema de corrupção que ele [Lula] implantou", assim como o "gasto público. Você vê o que cresceu no governo do PT foi um absurdo. FHC entregou o país razoavelmente em ordem. Essa história da marolinha... não foi o Bolsa Família que causou isso. Foi a roubalheira, incharam a máquina do Estado". O governo da Dilma foi, desde o começo, "um desastre (...) Essa mulher... pra mim isso daí foi um estelionato que a gente teve no Brasil, e foi fruto

dessa vontade de perpetuação desse projeto político que o PT tinha. Na verdade, acho que o Lula imaginou que colocando um poste ele voltaria quatro anos depois. E o poste se rebelou”. As razões da crise econômica remontam também à Constituição de 1988, pois criou um “país em que as pessoas têm mais direitos e menos deveres (...). Talvez saindo de um contexto de um ‘pseudo regime’ mais duro, em que teoricamente as pessoas se sentiam com menos direitos, e se fez Constituição em que se deu direito de tudo, mas não se explicou de onde sai o dinheiro para pagar essa conta” (P-3).

Apesar de participantes de programas criados pelos governos petistas (PAC e, sobretudo, MCMV) e integrantes de um setor que recebeu aportes orçamentários significativos, conforme apontado anteriormente, os empresários relativizam medidas de Lula e Dilma e naturalizam a existência de tais políticas. “Esse tipo de política sempre vai existir”, afirmam. Dentre os empresários de médio porte, todos são consonantes na relativização da política de habitação como promotora do crescimento do setor.

O empresário M-1 iniciou seu negócio próprio em 2011, depois de trabalhar em algumas construtoras. A empresa começou com construção de fachadas de prédios, subcontratada por grandes construtoras, e logo assumiu obras do MCMV. Das 16 até hoje realizadas, 12 foram pelo programa governamental. No entanto, ele afirma: “não me importo com o que está acontecendo lá em cima. Pode entrar Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro, preciso resolver aqui (...). Sou a favor do liberalismo (...). O governo é sócio nosso e não trabalha, temos que pagar imposto, mas precisava ter a contrapartida disso” (M-1). Ele sentiu os impactos da crise a partir de 2015, em razão da “inadimplência”, mas afirma que a empresa seguiu crescendo.

A gente encontrou muita oportunidade durante a crise, foi na crise que a gente mais cresceu (...). O desafio nosso como pessoa, como profissional, é procurar oportunidade independente do que está acontecendo lá fora. Enquanto tem gente chorando, estamos vendendo lenço (...). Tem problema do governo, é Dilma, Temer, não me interessa quem seja, o que eles podiam era abrir caminhos para facilitar nossa vida. Mas se jogarem um caminhão de pedras na nossa frente, vamos dar um jeito, juntar uma turma, tirar esse caminhão de pedras da gente e vamos seguir, porque não tem outra opção. Voltar para trás? Vim do interior, de cidade de 30 mil habitantes, minha família é simples, meu pai empresário de uma empresa com seis pessoas, minha mãe professora, então não tenho opção, tenho que ir para frente (...). Acredito no liberalismo, de ter um Estado menor, e que as empresas, as pessoas, a sociedade sejam maiores, sem entrar no mérito social das pessoas que precisam de proteção e cuidados. O empresariado tem função muito importante na sociedade, de gerar emprego e renda, e se fôssemos mais livres para investir nosso próprio dinheiro no nosso próprio negócio, a gente geraria muito mais renda ao invés de recolher imposto para o governo destinar a quem ele acha que tem que destinar (Entrevista - M-1).

Ele considera como entraves do Estado ao setor o excesso de regras para aprovação de projetos de obra, as relações não republicanas e o processo de licenciamento ambiental. Para M-1, “a Dilma no primeiro governo surfou na onda da era Lula e quando, já no segundo mandato, por problema

político dela, ganhou eleição muito apertada, a direita no primeiro dia de mandato já iniciou processo de impeachment, e ela não teve desenvoltura política para contornar situação”. No seu entender, a política de Lula era “uma consequência do que foi feito lá atrás”, pois o governo FHC “preparou um bom futuro pro país, depois vem Lula com boa ótica social, mas com exageros do outro lado e política econômica ao longo do tempo não sustentável, eu já acreditava que o Brasil teria crise muito forte futuramente, porque essa política econômica com base no consumo durante a Era Lula não se sustentava” (M-1).

Desse modo, a crise adveio do “lado populista” de Lula. Apesar de já existir corrupção antes, querer “fazer tudo a qualquer custo gerou o que gerou de corrupção, esquemas e confusão, numa estrutura do país que já era assim”. Considera Dilma “politicamente muito ruim”, mas entende que ela “colheu frutos de país que já estava à beira do desastre economicamente falando”. Na habitação, o raciocínio se reproduz, pois entende que a política foi mera continuidade: “já vem lá de trás. Há quem diga que da época do FHC já tinha início do MCMV, e vai desencadeando de governo a governo. Na era Lula veio fortíssimo, independente de mérito de quem seja, na Era Lula ampliou, pela conjuntura econômica, lado social dele”. Para superar a crise, afirma que é preciso “diminuir despesa do país, não podemos ter funcionalismo do tamanho que é e ineficiente da forma que é. Ideia de Estado menor é baseada na ineficiência do Estado” (M-1).

A ideia de irresponsabilidade econômica também esteve presente na abordagem de M-2, sócio-diretor de mais de uma construtora. O grupo segmenta empresas de acordo a faixa de renda a quem se destina a unidade habitacional. “Temos uma construtora de alto padrão, uma incorporadora de alto padrão, uma construtora de médio padrão”, além de outra voltada ao segmento popular, formando “uma holding”. Por ter experiência com a Caixa Econômica Federal desde os anos 1990, no dia a dia está mais focado no trabalho com a empresa de habitação popular, criada em 2015, com obras apenas do MCMV. Na sua avaliação, os governos Lula e Dilma foram “economicamente para o país muito ruins, fizeram coisas irresponsáveis que hoje todos estamos pagando a conta, em recessão”, devido a esse “tempo todo de desmandos, sem ter regras, corrupção comeu solta” (M-2). Para ele, o governo Lula foi melhor do que o da Dilma “porque pegou herança muito boa de Brasil e mundo. Não que o FHC tenha sido bom, mas o momento mundial estava propenso e Brasil também em momento bom, Lula herdou, montou equipe excelente, e nadou nessa onda”. Com a crise econômica, “o governo Lula também caiu e veio à tona tudo isso aí (corrupção). O governo Dilma sofreu mais porque a crise mundial estava muito acentuada, então não teve muito o que ela fazer também” (M-2).

Para o empresário, o governo Dilma trouxe insegurança jurídica para o investimento no setor produtivo, porque “mudavam-se as regras. Por exemplo: vou querer ter um funcionário nessa época? Quanto custa um funcionário? Qual é o risco de eu ter uma ação trabalhista? No governo Dilma, foi a época que mais teve ação trabalhista, mesmo sem ter razão”. No seu entender, isso decorreu de a

Dilma representar as classes trabalhadoras. Sua empresa participou do MCMV-Entidades, em parceria com uma associação, e sua experiência na obra reforçou tal entendimento. “As entidades estavam com todo o poder na época da Dilma, vi entidade ligar pra Brasília e falar: libera o meu empreendimento. E na semana seguinte o empreendimento dela estava liberado (risos). Você entendeu? O que ela tem a mais que eu? Por que meu empreendimento não foi liberado e o dela foi? Então, tem que se ter regras mais claras. Não é o amigo do rei ou o inimigo do rei” (M-2).

Ela no governo, desde aquela época, estava vendo que a corda estava apertando, o povo estava exigindo que ela fizesse mudanças. E o povo estava pedindo que fizesse mudanças à direita, e eles são à esquerda, o partido é à esquerda, tanto que o Lula falou que tinha que regular a mídia (...). Eu tinha receio que se continuasse ela partisse para momento mais crítico de aperto à esquerda. Baixasse decretos para não deixar acontecer, como na Venezuela. O Maduro está lá, o outro empossou e o Maduro falou que não, com um decreto que ele mesmo editou. Como você edita um decreto que é pra você mesmo? É complicadíssimo. Temos uma democracia e tem que respeitar a democracia. Foi respeitado quando o PT entrou, e agora com o Bolsonaro tem que ser respeitado. Daqui quatro, oito anos, também. A gente não quer nenhum radicalismo, quer que o país cresça. Hoje acredito que a direita está mais apropriada, mas só vamos saber com o tempo, não é tão rápido. Estou esperançoso. Reforma trabalhista, para nós empresários, isso pesa demais. Já tive caso de estar tudo certo e juiz falar pra mim: “não é melhor fazer acordo, não? Empresa é rica”. Vou falar o quê para o juiz? (...). A justiça trabalhista é uma coisa que emperra a criação de empregos no Brasil absurdamente. Isso enxergo que foi um começo de um avanço. Somos tratados como exploradores, mas no fundo a quantas famílias estamos dando alimentos, moradia? Ninguém vê, ninguém pensa no nosso lado. Quanto imposto estou pagando? Aqui pagamos 23% de imposto. Não tenho essa margem de lucro nos empreendimentos. Então o governo leva mais do que a gente, em cima da nossa produção. E o que ele devolve pra gente? Então tem que mudar, não é saudável, só doido é empresário. (Entrevista – M-2)

Assim como M-1, apesar de ter a empresa voltada para construção de obras do MCMV, acredita não ser beneficiado por políticas governamentais. Já o empresário M-3 ressalta a importância do programa na estruturação de suas empresas, mas igualmente considera o governo Dilma “péssimo. Todo mundo fugindo do país, sem luz, desamparados, o empresário da construção, o empresário que emprega, o produtivo, não tinha representação”. Ele entende que se Dilma continuasse na Presidência, “ia ter número muito maior de fechamento de empresas, do setor produtivo e do comércio. O governo não teve investimento. O empresário ia reduzir e fechar, no mercado geral, que gera renda, na produção”. E tal avaliação corresponde aos dois mandatos, pois “desde o começo estava sem norte. No governo Lula houve expansão, ele surfou na onda mundial, em que Brasil estava bem. O problema foi na transição”, pois o BNDES e os grandes bancos “abandonaram o mercado”, do que decorreu a crise. “Tinham empresas sucateadas que recebiam dinheiro por movimentos políticos, o governo não prestigiava empresas produtoras. E não estou falando de Lava Jato, estou falando de várias empresas que é nítido que receberam dinheiro e não produziram, é evidente, financiamento a fundo perdido, e

pequeno empresário não tem acesso” (M-3).

Dentre os dois grandes empresários entrevistados, um deles, G-2, diferencia os governos Dilma e Lula, mas ambos atribuem a crise ao “descontrole nos gastos” e à corrupção. A empresa de G-1 foi fundada nos anos 1970, pelo pai do empresário entrevistado. É uma das maiores construtoras do país, com mais R\$ 2 bilhões em ativos. Por décadas, realizou obras em formato semelhante ao descrito por P-2, com financiamento bancário para realização de obras e repasse dos clientes finais aos bancos. Em 2007, a empresa decidiu abrir seu capital.

Foi uma oportunidade que surgiu, pelo momento que o Brasil estava passando muito bom da economia, da Bolsa. Não foi nem ideia nossa, os bancos bateram em nossa porta e falaram: por que não abrem capital? Em um primeiro momento falava não, está bom assim, mas começou uma empresa abrir, outra também, e vimos que pra gente competir no mercado ia precisar de capital também, pois as empresas no mercado estavam captando R\$ 400 mi, R\$ 600 mi, e nos vimos num jogo de repente em que todo mundo estava capitalizado e a gente nem tanto. Tivemos uma avaliação boa e abrimos, e realmente mudou a vida. Era empresa basicamente familiar, de capital fechado, e de repente aberto, com estrutura de governança, conselheiros, auditoria, tem toda essa formalidade e até hoje estamos com capital aberto. (G-1)

Há dois anos, tornou-se “CEO” (Chief Executive Officer, o diretor presidente) da empresa, em substituição a seu pai, mantendo o controle administrativo com a família. Ele explica que o capital aberto é uma forma de estruturação financeira da empresa, mas sua atividade fim, produtiva, segue como centro de suas atividades. “Às vezes nos dividimos. Estou aqui na operação e de repente tem que virar o chip e falar com banco, investidor, acionista, tem reunião de conselho, uma série de coisas que temos de lidar, mas é normal, não tem problema nenhum” (G-1).

Na sua avaliação dos governos petistas, “o Lula pegou país numa situação, animou-se tudo, parecia que estava tudo bom, e a bomba explodiu na mão da Dilma. As políticas eram muito parecidas, até porque o Lula estava lá (...). E quando explode o que faz? Pede a cabeça, na vida tudo é assim, igual técnico de futebol (...). O que aprendeu? Não pode gastar o que não tem”. Para ele, “o mercado viveu um momento em que se animou muito com uma coisa que não tinha”, um crescimento fundamentado em endividamento familiar e de “empresas também. Isso gerou consumo, demanda, deu até problema, a gente não tinha equipamento, mão de obra, as obras começaram a atrasar. E de repente, a conta começou a chegar, os juros a subir e o aquecimento de mercado virou uma breca brusca”. Em três anos, a empresa caiu de 243 edifícios em construção para apenas três. O principal motivo, assim como para P-2, foi o excesso de distratos. “Aceleramos muito rápido, tivemos todos os problemas do crescimento acelerado, e depois breca muito rápido. Tinha 243 e hoje temos 3 [obras]. Isso é muito ruim internamente para a empresa, esse negócio de acelera e breca. As pessoas precisam enxergar mais à frente” (G-1).

O empresário apoiou a saída de Dilma indo às ruas nos protestos de 2015 e 2016, por entender

que “ela estava muito desgastada, não conseguia nem mais governar direito. E do meu ponto de vista o Temer, apesar de não ser meu preferido, ideologicamente tem algumas coisas que fazem mais sentido. Por exemplo, ele passou a reforma trabalhista que o Brasil estava precisando”, pois a legislação “era antiga” e o atual modelo leva a uma situação de “ganha-ganha” entre empresário e trabalhador. “Para o empresário a lei estava muito pesada, muita gente operava por fora, na informalidade, então é melhor ter lei mais flexível e que todo mundo se enquadre, do que lei muito rigorosa. Era tão rigorosa que até desincentivava a contratar” (G-1).

Já o empresário G-2 diferencia as gestões de Lula e Dilma. É sócio minoritário e diretor de relações institucionais de outra das maiores construtoras do país, fundada nos anos 1960, e que teve seu melhor ano em 2014, com faturamento de R\$ 1,7 bilhão. A construtora também se viu na necessidade de se capitalizar em 2007, mas a opção foi por uma *joint venture* com outra companhia, de capital aberto. “O mercado financeiro é importante, mas vemos no setor imobiliário algumas empresas que abriram capital, seguiram cartilha do mercado financeiro, que exigia o crescimento, e o cara cresceu sem respeitar esses processos, se deu mal”. Os processos a que se refere são os da indústria da construção. “Compra de terreno, aprovação da obra, financiamento, construção, pós-obra, assistência técnica, se for muito eficiente nesses processos, terá sucesso” (G-2).

Para o setor da construção civil, ele entende que “o governo Lula foi muito bom, criou o programa habitacional” e fez com que saísse do papel. “Erros aconteceram, mas dava para melhorar. O governo Lula começou, o Dilma continuou, mas fez uma trapalhada em questão orçamentária, deixou a gente contratar algumas obras e não tinha dinheiro para pagar, quase explodiu o setor”, afirma, em consonância com P-1. Isso decorreu de “ter dado ordem para contratação sabendo que não tinha dinheiro, é irresponsabilidade, prejudicou muito”, e fez com que várias pessoas “perdessem suas empresas, pessoal que trabalhava há 30 anos, sabia o que estava fazendo, gente idônea, e perdeu suas empresas. O cara acreditou no governo, contando que ia receber, e ficou 120 dias sem receber, isso é cruel”. Acrescenta que o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi procurado pelas construtoras, “disse que temos razão, mas que não tinha o recurso. Aquelas pedaladas tecnicamente para nós foram péssimas” (G-2), também se referindo à pedalada como descumprimento do contrato. Perguntado sobre as medidas de Dilma para baixar os juros bancários como forma de estímulo ao setor, reiterou:

Ela baixou forçadamente os juros do Banco do Brasil e da Caixa. O Banco do Brasil estava começando suas operações imobiliárias, emprestou e quase quebrou o banco. Deu freio há três anos, voltou a operar, mas está muito machucado, na hora de dar crédito, de financiar obra, faz análise completa da vida, porque lá atrás abriu, e isso gerou inadimplência que quase quebrou o Banco do Brasil. Saiu do zero para ser o segundo maior banco em crédito imobiliário, e quase quebrou, por conta da ordem do governo. Caixa também teve problema. Teve momento que fazia emissão de CRI a 106% do CDI e emprestava por menos, porque o governo mandou, fez algo que quase quebrou o banco, prejudicou bastante o banco, que passou por problemas de liquidez no ano passado e quase estourou os limites de Basileia, ficou sem operar,

quase fechou, em razão desse momento que você falou. Isso são consequências só para o mercado imobiliário, não sei avaliar o todo. Mas para o mercado imobiliário foi legal no momento para os empresários que conseguiram vender e produzir, mas depois deu ruim porque prejudicou os bancos e sem os bancos saudáveis não tem um bom mercado (Entrevista – G-2).

A crise econômica, portanto, foi definida pelo conjunto dos empresários entrevistados como resultado de um excesso de gastos públicos e da corrupção, e o caminho a ser seguido para sua superação seria a adoção de uma política neoliberal ortodoxa. Há um alinhamento com o discurso da austeridade e da proteção ao mercado financeiro. Suas expectativas de recuperação recaem na “retomada de confiança” e na vinda de investimentos estrangeiros para o setor. Todos alimentam a expectativa de que medidas como a reforma da previdência e o teto dos gastos levarão a um novo ciclo de crescimento, de longo prazo e estimulado por investimentos privados internacionais. Questionados sobre a histórica dependência da construção civil em relação ao financiamento estatal, afirmam que o momento é de “virada”, de criação de novos “*fundings*”, que diminuam a dependência de recursos provenientes, por exemplo, do FGTS. Ao mesmo tempo, os empresários entrevistados não reconhecem uma correspondência entre a condução do “ensaio desenvolvimentista” e os interesses do setor. Ressalta-se que, em contraposição a isso, há uma visão de que os governos petistas representavam os interesses das classes trabalhadoras, que teriam aumentado seu poder no período e disso decorreram muitas das dificuldades que encontravam, como o encarecimento do trabalho.

Conforme apontado inicialmente, foi significativo o crescimento da construção civil nos anos 2000, sobretudo a partir de 2007, ano com variação positiva de 9,2% no seu valor adicionado/PIB. A partir de então, o crescimento foi contínuo, inclusive no ano de maior impacto da crise financeira internacional, 2009. A taxa se inverteu em 2014, o que corresponde com os relatos das entrevistas, com quedas acentuadas e ininterruptas nos anos subsequentes.

#### VALOR ADICIONADO BRUTO - CONSTRUÇÃO CIVIL

Ano	VA da Construção Civil - valores correntes -R\$ 1.000.000	VA da Construção Civil - valores ano anterior - R\$ 1.000.000	Variação em volume (%)
2000	71.780	...	...
2001	70.182	70.600	(1,6)
2002	81.980	73.547	4,8
2003	67.878	74.648	(8,9)
2004	82.057	75.172	10,7
2005	84.571	80.334	(2,1)
2006	89.102	84.793	0,3
2007	105.871	97.297	9,2
2008	114.802	111.067	4,9
2009	154.624	122.862	7,0
2010	206.927	174.882	13,1
2011	233.544	223.993	8,2
2012	265.237	240.980	3,2
2013	290.641	277.161	4,5
2014	306.946	284.419	(2,1)
2015	296.018	279.307	(9,0)
2016	275.134	266.421	(10,0)
2017*	269.193	...	(7,5)
2018*	259.944	...	(2,5)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

(\*) Os dados de 2017 e 2018 referem-se às Contas Nacionais Trimestrais 2º Trim./2019.

(...) Dado não disponível.

Os empresários ouvidos, em sua grande maioria, não estabelecem relação entre o crescimento de 2007 a 2013 e as políticas adotadas nos governos Lula e Dilma, mesmo que os números se expressem nas trajetórias de suas próprias empresas. Ao mesmo tempo, ao sofrerem as consequências da crise e das políticas de austeridade a partir do final de 2014, aderem ao discurso neoliberal hegemônico de necessidade de controle de gastos e atribuição causal da crise à corrupção e ao “desajuste” nas contas públicas. A contínua queda no valor adicionado bruto do setor não é atribuída à nova política econômica adotada no segundo mandato de Dilma e acentuada por Temer. Importante enfatizar ainda a correspondência entre a evolução do valor adicionado bruto ao longo dos anos com os números de contratações de unidades habitacionais (UHs) no MCMV:

#### MCMV – contratações 2009 a 2017 (UHs) – faixa de renda

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>TOTAL MCMV</b>	286.305	718.823	508.199	798.749	940.468	502.584	402.145	387.176	494.085	528.498
<b>FAIXA 1</b>	143.894	338.847	104.311	389.073	557.961	175.260	16.890	36.858	22.222	111.037
EMPRESAS	143.484	260.644	83.358	306.847	419.940	107.670	1.188	5.824	22.180	76.555
RURAL	101	6.716	12.295	41.724	56.899	48.921	9.064	19.258	42	27.692
URBANAS	309	7.715	2.988	7.751	16.382	18.737	6.638	11.776	0	6.790
ABAIXO DE 50 MIL (Min. Cidades)	0	63.772	5.670	32.751	64.740	-68	0	0	0	0
<b>FAIXA 2</b>	98.593	277.171	325.953	311.965	288.708	289.715	344.729	282.083	422.879	372.520
<b>FAIXA 3</b>	43.818	102.805	77.935	97.711	93.799	37.609	40.526	68.235	48.984	44.941

Fonte: Superintendência Nacional de Gestão do PMCMV – SUMCV – Posição 31/12/2018

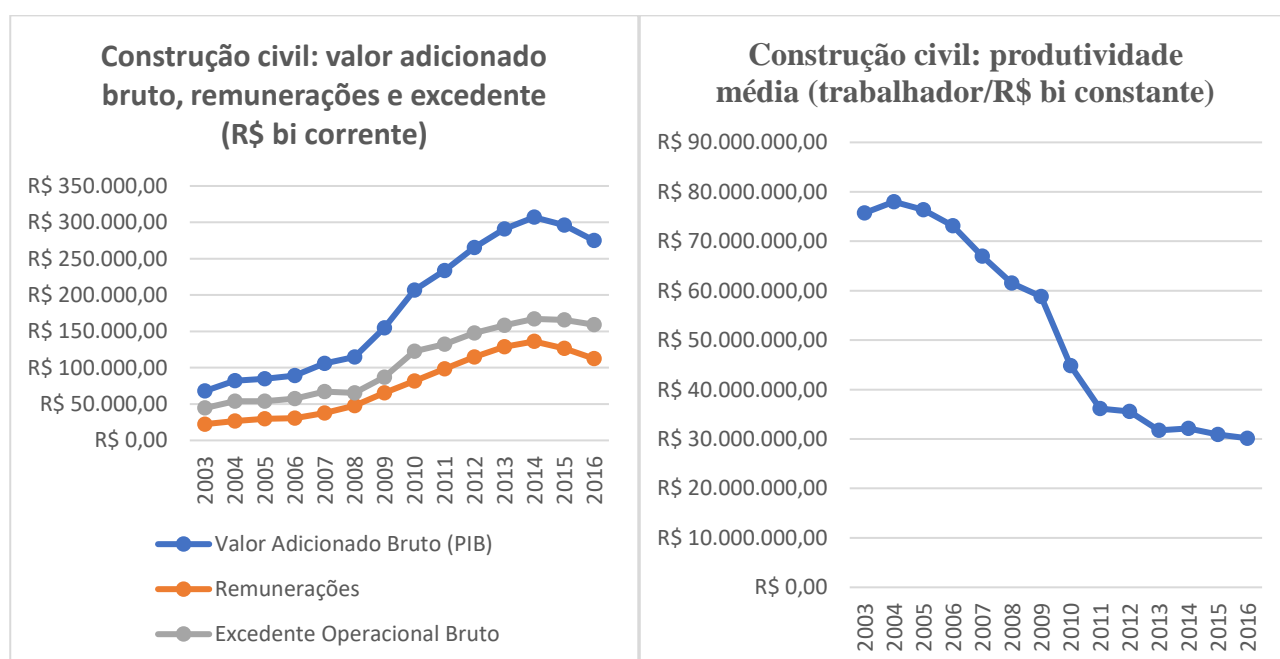
O cenário se modificou a partir de 2014, com inflexões decorrentes da reorientação na política macroeconômica, pelo arrocho fiscal que impactou negativamente a destinação de recursos para investimentos diretos em moradia. O volume de contratações de Unidades Habitacionais (UHs) de 2009 a 2018, no âmbito do MCMV, reflete os períodos de expansão e retração do investimento federal, e permitem diferenciar as políticas adotadas no primeiro e segundo mandatos de Dilma. Em 2014, houve significativa diminuição no número de unidades contratadas - 437.884 a menos na comparação com 2013 -, e em 2015 o número voltou a cair: 100.439 a menos, o que remonta diretamente às inflexões macroeconômicas do período. Em 2017 e 2018, os números voltam a subir, mas ainda permanecem distantes do auge do programa em 2012 e 2013. A evolução no número de contratações corresponde ao relato dos empresários e dá base material para a mudança de posição política. No entanto, a queda esteve diretamente relacionada com as políticas de austeridade fiscal adotadas a partir de então, elemento ausente do discurso dos empresários entrevistados.

Os posicionamentos dos empresários entrevistados contrapostos aos dados estatísticos do setor reforçam a hipótese de hegemonia ideológica do neoliberalismo como explicativa do deslocamento



político durante o governo Dilma, pois a visão de mundo exposta naturaliza o crescimento dos anos 2003-13, atribuindo-o sobretudo à “livre iniciativa”, ao mesmo tempo em que responsabiliza os “gastos públicos” pela crise do setor nos anos subsequentes. É importante reiterar que em nenhuma entrevista foi atribuída a continuidade da crise pós-2015 como resultado do arrocho fiscal, o que reforça a dimensão ideológica na conformação de uma unidade “antidesenvolvimentista” e no consequente apoio ao neoliberalismo ortodoxo.

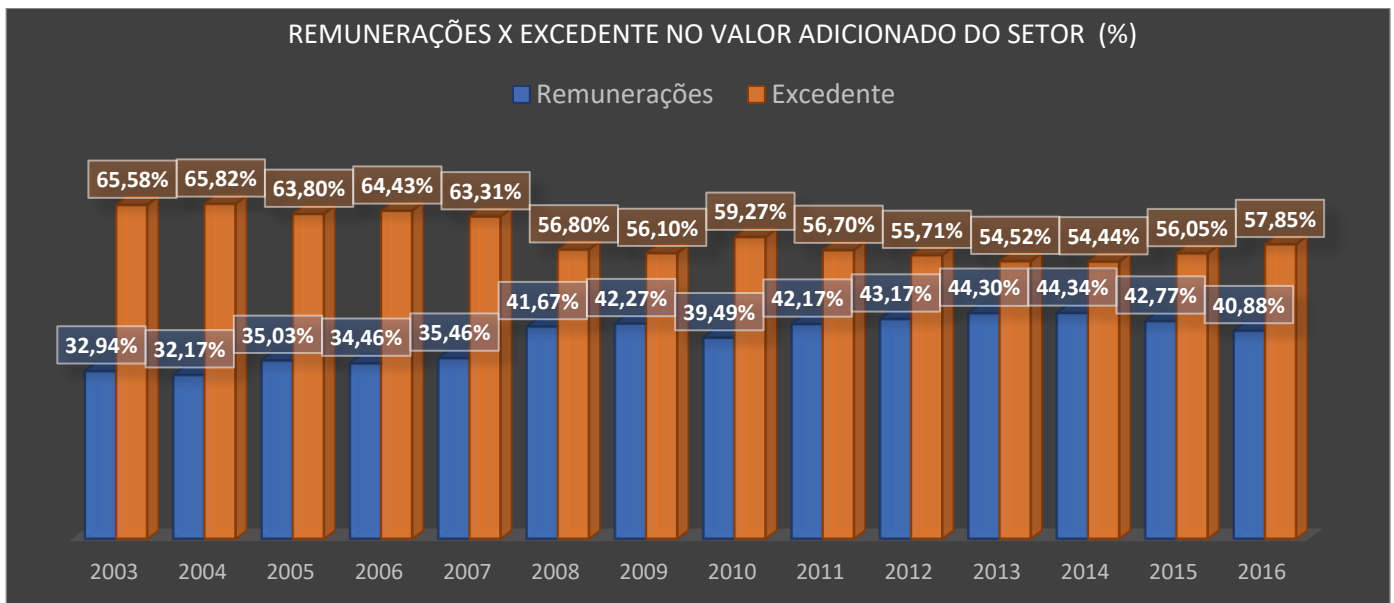
Soma-se a isso a hipótese de deslocamento político em razão da intensificação do conflito distributivo, expressa pela visão dos entrevistados de que o governo Dilma representava os interesses dos trabalhadores. O ensaio desenvolvimentista, apesar de favorável no que se refere à destinação orçamentária para a construção civil, elevou as disputas que opuseram diferentes forças envolvidas na política habitacional, tais como empresariado da construção civil, trabalhadores da construção organizados em sindicatos e classes populares atuantes nos movimentos populares urbanos. As contradições perpassaram temas como a disputa por terras e orçamento entre construtoras e movimentos, a definição de critérios de priorização das faixas de renda na destinação de recursos, e a elevação na especulação imobiliária e no grau de participação do Estado no processo que envolve a produção habitacional. Além disso, os conflitos distributivos estão diretamente relacionados ao crescimento significativo da participação das remunerações no valor adicionado no setor, combinado com a queda na produtividade média do trabalhador.



Fonte: Elaboração do autor com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

Em 2003, a participação das remunerações no valor adicionado da construção era de 32,94%, número que se elevou para 44,34% em 2014, voltando a cair em 2015 e 2016. No mesmo período, a

produtividade média por trabalhador, calculada também em relação ao valor adicionado bruto, caiu de R\$ 75,7 milhões em 2003 para R\$ 32,2 mi em 2014. Ou seja, o crescimento da participação das remunerações na relação capital-trabalho, para além de se elevar significativamente, não teve contrapartida em ganhos de produtividade.



Fonte: Elaboração do autor com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

A isso se somam ainda os dados relativos às greves no setor:



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do DIEESE

Apesar de não estarem disponíveis os dados de 2014 e 2015, a evolução dos números é semelhante à dos expostos anteriormente. Há crescimento bastante significativo das greves na construção civil entre 2004 e 2013 que, com 128 greves, atingiu a máxima no período analisado. Em 2016 e 17, retomam-se níveis abaixo dos verificados em 2011. Assim, diferentes dados dão fundamentação material para as impressões expostas pelos empresários entrevistados de que os

governos liderados pelo PT, sobretudo o primeiro mandato de Dilma, favoreceram as classes trabalhadoras. A análise do material empírico produzido a partir de diversas fontes dá fundamentação para a hipótese de intensificação dos conflitos distributivos como explicativa do deslocamento político do empresariado industrial e formação de uma frente única “antidesenvolvimentista”.

### **3.2 Industriais de autopeças no Governo Dilma (2011-2016): resultados preliminares**

A indústria de autopeças constitui uma cadeia produtiva fundamental para o complexo automotivo, sendo responsável por parte importante do desenvolvimento tecnológico do setor, seja a partir de encomendas das montadoras, seja a partir de inovações e aprimoramentos autônomos. Além da produção para as montadoras – 62,4% em 2017 (SINDIPEÇAS et al., 2018) –, as fabricantes atendem ao mercado de reposição, ao intrasetor e às exportações (BARROS et al., 2015), e, quanto à posição na cadeia de produção automotiva, o setor pode ser dividido em três categorias, ou *tiers* (camadas de fornecedores). O tier 1, conhecido como *sistemista*, é composto por grandes empresas, de capital nacional e estrangeiro, com alta sofisticação tecnológica, responsáveis pelo fornecimento de sistemas completos, como motores, transmissão e suspensão. Tais fornecedores se encontram diretamente ligados às montadoras, participando em conjunto do desenvolvimento dos produtos. O tier 2, fabricantes de conjuntos (como discos e pastilhas de freio), e o tier 3, produtores de peças isoladas e materiais, são formados, no geral, por empresas de pequeno e médio porte de capital nacional, com baixa capacidade tecnológica. Justamente por seu tamanho e grau tecnológico, tais fornecedores estão mais vulneráveis às oscilações de mercado e à concorrência externa (BARROS et al., 2015). Em entrevista concedida à revista *Automotive Business*<sup>2</sup> em julho de 2010, Paulo Butori, presidente do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores) até fevereiro de 2016, relembra a “quebradeira” de empresas de autopeças, principalmente pequenas e médias, com a abertura econômica dos anos 1990. Butori aponta que muitos empresários faliram ou tiveram de vender suas empresas, provocando “irreversível desnacionalização” do setor.

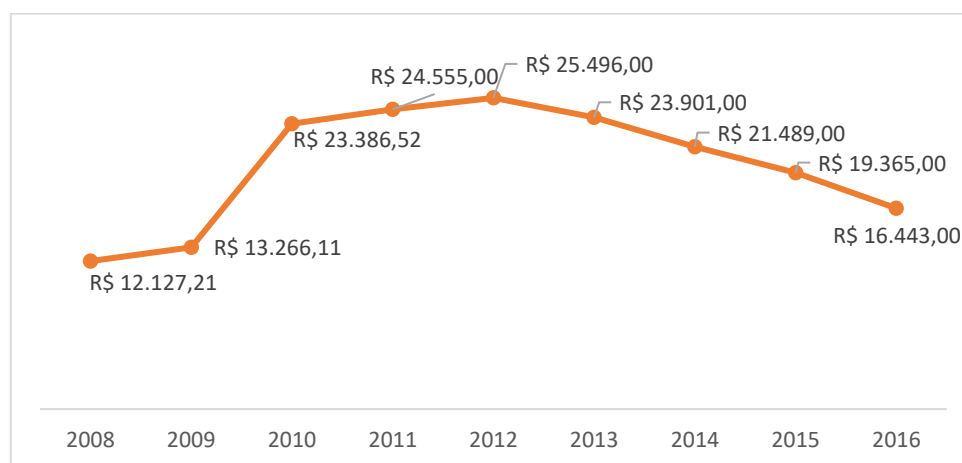
Apesar das dificuldades enfrentadas pelo setor a partir dos anos 1990, a importância econômica da indústria de autopeças é inegável. Em 2011, primeiro ano do governo Dilma Rousseff, o setor de autopeças foi responsável por um valor adicionado bruto de R\$ 24.555 bi (gráfico 1). Mais do que isso, as autopeças concentram a maior parte dos empregos do complexo automotivo: no mesmo ano de 2011, o setor empregou 348.283 pessoas, o equivalente a 64% do emprego automotivo e a 3% do total do emprego da indústria de transformação (gráfico 2). Quanto à distribuição geográfica, segundo dados do Sindipeças (2018), 66% das empresas do setor se localizam no estado

---

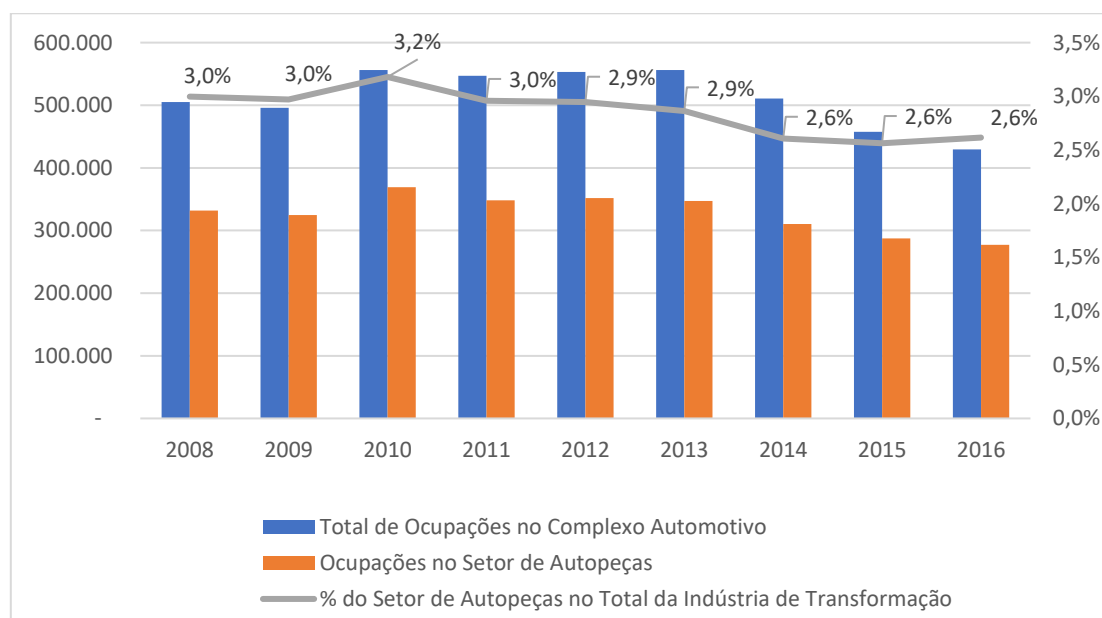
<sup>2</sup> REVISTA AUTOMOTIVE BUSINESS. São Paulo: Editora Automotive Business, ano 2, n. 4, julho de 2010.

de São Paulo, o que se explica não apenas pela presença histórica de montadoras no estado, especialmente na região do ABC, desde os anos 1950, mas também pela concentração de mão-de-obra qualificada e pela proporção da frota paulista de veículos, a maior do país, implicando em um grande mercado de peças de reposição. Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul vêm em seguida, com 10,85%, 5,42% e 5,08%, respectivamente.

**Gráfico 1 – Valor adicionado bruto do setor de autopeças em R\$ bi deflacionado (base 2000)**



**Gráfico 2 – Emprego no complexo automotivo**



Fonte: Elaboração do autor com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

### **Os empresários de autopeças e a Nova Matriz Econômica**

O complexo industrial automotivo, desde a instalação das primeiras montadoras no país na década de 1950, ocupa lugar central na política econômica brasileira, sendo considerado o grande motor do crescimento e do desenvolvimento industrial do país, haja vista sua capacidade de

investimentos, de inovação tecnológica e geração de empregos, além da mobilização de um amplo setor de comércio e serviços (SALERNO et al., 1998). Em comparação aos dois outros grandes setores industriais do país – construção civil e agroindústria –, o complexo automotivo é o setor de maior valor agregado e maior capacidade tecnológica. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a cadeia automotiva constitui grande centro da indústria brasileira, o que nos permite compreender a alta prioridade do eixo automotivo em qualquer política industrial formulada pelo Estado. De “menina dos olhos” do nacional-desenvolvimentismo – dos anos 1950, com Juscelino Kubitschek, ao fim da ditadura militar – à abertura econômica dos anos 1990, com a atuação da *Câmara Setorial da Indústria Automobilística*, as montadoras e a indústria de autopeças obtiveram políticas setoriais específicas, com amplos benefícios, por vezes tendo acesso privilegiado às decisões do governo (ibid.; ARBIX, 1996). Mais recentemente, pode-se mencionar o Regime Automotivo criado em 1995 pelo governo Fernando Henrique Cardoso e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do governo Lula, que contou com incentivos fiscais ao setor e estímulo ao crédito para o consumidor (CANO; SILVA, 2010).

O primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff se inicia com dificuldades para a indústria de autopeças. Apesar do aumento de faturamento desde 2009 (ver gráfico 1), o setor enfrentava déficits crescentes na balança comercial<sup>3</sup>, confrontando-se com grave concorrência externa, principalmente da China. As empresas de segundo e terceiro níveis eram as mais afetadas pelos importados, em decorrência de seu menor grau de tecnologia e produtividade e maior fragilidade às oscilações nos preços de matérias-primas. Empresários destes níveis reclamavam<sup>4</sup> da escassez de recursos para tecnologia e inovação e do alto custo para investimentos. Além das importações, ao menos desde 2010, empresários de autopeças temiam a tendência à *cecaderização* da manufatura automotiva, isto é, a importação de sistemas e veículos desmontados para produção local, o que ameaçaria enormemente a cadeia de suprimentos brasileira, haja vista a dependência em relação às montadoras. Paulo Butori<sup>5</sup>, presidente do Sindipeças, chegou a afirmar que a cecaderização poderia conduzir à extinção de parte significativa da indústria nacional de fornecedores, principalmente as operações mais básicas de fundição, forjaria, estamparia e usinagem, em processo semelhante àquele verificado na abertura dos anos 1990.

---

<sup>3</sup> Redação AB, “Balança comercial de autopeças no vermelho”, *Automotive Business*, 10 fev. de 2011. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/9353/balanca-comercial-de-autopecas-no-vermelho>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

Redação AB, “Balança de autopeças abre 2011 no vermelho”, *Automotive Business*, 22 fev. de 2011. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/9471/balanca-de-autopecas-abre-2011-no-vermelho>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

<sup>4</sup> Guilherme Manechini, “Autopeças: custos em alta e falta de recursos”, *Automotive Business*. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/9978/autopecas-custos-em-alta-e-falta-de-recursos>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

<sup>5</sup> Ver nota 2.

Diante das dificuldades enfrentadas com a balança comercial e das tendências preocupantes para o futuro, o Sindipeças entrega ao governo, em maio de 2011, o documento *A indústria de autopeças: pressões de todos os lados*<sup>6</sup>. O estudo realizado pela própria entidade descreve as dificuldades enfrentadas pelo setor e, principalmente, propõe soluções de curto e longo prazo. A falta de competitividade é identificada como o problema central enfrentado pelas empresas de autopeças, provocando o crescimento das importações nos últimos anos. Juros elevados – para investimentos e financiamento de veículos –, aumento dos custos com matéria-prima e energia elétrica, carga tributária, encargos trabalhistas e câmbio valorizado explicariam, segundo o Sindipeças, a baixa competitividade frente aos fornecedores estrangeiros e as pressões sobre a rentabilidade, desencorajando novos investimentos e a criação de empregos. As soluções apontadas pelo documento envolvem a redução de tributos e encargos sociais, a oferta de financiamento competitivo de longo prazo, a redução de impostos sobre investimentos e o reforço às regras de conteúdo local, com fiscalização mais eficiente. Ressalta-se ainda a presença do Sindipeças, mesmo que sob assinatura da FIESP, no documento *Brasil do diálogo, da produção e do emprego* (FIESP et al., 2011), em clara aliança com os trabalhadores do setor, representados na figura dos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e do ABC. Tal coligação também se mostrou presente na defesa conjunta<sup>7</sup>, por metalúrgicos e empresários, de mudanças nas regras de conteúdo local dos veículos – em exemplo claro da coalizão produtivista a que Singer (2018) se refere.

A resposta de Dilma e sua equipe econômica veio três meses depois, com o lançamento do Plano Brasil Maior em agosto de 2011. A nova política industrial criada pelo governo atendia claramente às demandas apresentadas no estudo do Sindipeças: além da desoneração da folha de pagamentos – substituindo a contribuição patronal de 20% do INSS sobre a folha pelo recolhimento de 1% ou 2% sobre o faturamento –, o PBM também estabeleceu o REINTEGRA, que concedia às empresas a restituição parcial ou integral de tributos sobre os bens exportados, a desoneração de tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre bens de investimento, e, principalmente, reforçou o conteúdo local dos veículos montados no país, concedendo desconto de 30% no IPI para veículos com índice de nacionalização igual ou superior a 65%. Outras medidas da Nova Matriz, como a redução da taxa de juros, a ampliação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), a desvalorização do câmbio e a redução dos custos de energia elétrica, com a MP 579, foram igualmente ao encontro dos anseios do setor.

---

<sup>6</sup> Redação AB, “Sindipeças levanta problemas e pede soluções para o setor”, *Automotive Business*, 03 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/10617/sindipeças-levanta-problemas-e-pede-solucoes-para-o-setor>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

<sup>7</sup> Marli Olmos, “Setor de peças e metalúrgicos querem mudar conteúdo local”, *Valor Econômico*, 14 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/1137176/setor-de-pecas-e-metalurgicos-querem-mudar-conteudo-local>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

A reação dos empresários de autopeças às primeiras ações de Dilma Rousseff foi positiva, e criou otimismo e boas expectativas<sup>8</sup> entre o setor. Paulo Butori elogiou<sup>9</sup> as medidas e destacou a rapidez e a atenção do governo em atender às demandas da indústria. Mais do que isso, o presidente do Sindipeças afirmou que a desoneração da folha de pagamentos, luta antiga do setor, permitiria a ampliação de investimentos<sup>10</sup> no parque industrial, melhorando a capacidade e o capital de giro, e com isso, a competitividade dos fabricantes. No entanto, a questão do conteúdo local dos veículos montados no país ainda incomodava<sup>11</sup> os empresários. De acordo com o Sindipeças, a regra de conteúdo local estabelecida com o Plano Brasil Maior determinava que o cálculo do índice de nacionalização dos veículos fosse realizado com base no faturamento das montadoras, e não nas peças de fato utilizadas no processo produtivo. Na prática, uma montadora conseguia atingir os 65% de conteúdo local através de gastos administrativos e publicitários, resultando em um índice inferior de componentes nacionais. Atento às necessidades do setor, o governo reage com a promulgação do Decreto 7819 em outubro de 2012, criando o Inovar-Auto.

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) estabelecia um novo regime automotivo para o país e tinha como objetivos fundamentais “a criação de condições para o aumento de competitividade no setor automotivo, produzir veículos mais econômicos e seguros, investir na cadeia de fornecedores, em engenharia, tecnologia industrial básica, pesquisa e desenvolvimento e capacitação de fornecedores” (BRASIL, 2013a). Vigente entre janeiro de 2013 e dezembro de 2017, o Inovar-Auto estabelecia crédito de até 30% do IPI sobre dispêndios em ferramentaria, insumos, engenharia industrial, pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as montadoras que atendessem a uma série de requisitos, dentre eles: a) realizar, no país, diretamente ou por terceiros, uma quantidade mínima de atividades fabris (de 8 atividades, em 2013, para no mínimo 10 a partir de 2016, no caso de veículos leves) em pelo menos 80% dos veículos produzidos; b) realizar investimentos no país em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento e capacitação de fornecedores, seguindo um percentual mínimo de receita bruta; c) atender ao programa de etiquetagem do Inmetro e desenvolver veículos de maior eficiência energética

---

<sup>8</sup>Paulo Ricardo Braga, “Boas expectativas para autopeças em 2012 com nacionalização maior”, *Automotive Business*, 07 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/12197/boas-expectativas-para-autopecas-em-2012-com-nacionalizacao-maior>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

Paulo Ricardo Braga, “Butori: expectativa de forte crescimento em 2013”, *Automotive Business*, 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/12552/butori-expectativa-de-forte-crescimento-em-2013>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

<sup>9</sup>Wagner Gonzalez, “Paulo Butori demonstra otimismo, mas com cautela”, *Automotive Business*, 22 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/11409/paulo-butori-demonstra-otimismo-mas-com-cautela>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

<sup>10</sup>Fernando Neves, “Sindipeças: carro brasileiro tem de ter conteúdo local”, *Automotive Business*, 09 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/13664/sindipeças-carro-brasileiro-conteudo-local>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

<sup>11</sup>Pedro Kutney, “Regime automotivo: cálculo de nacionalização deve mudar”, *Automotive Business*, 03 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/13624/regime-automotivo-calculo-de-nacionalizacao-deve-mudar>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

(BRASIL, 2012 e 2013b). Segundo estimativas de Alexandre Messa (2017), na prática, a regra de conteúdo local determinada pelo novo regime automotivo correspondia a 66,6% de um automóvel, em 2013, progredindo até 83,3% em 2016. Mais do que isso, e principalmente, o Inovar-Auto veio acompanhado por um programa de rastreamento do conteúdo dos veículos montados no país, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos para obtenção dos créditos tributários.

O lançamento do novo regime automotivo e do programa de rastreamento de componentes agradou aos empresários de autopeças. Em Congresso da SAE Brasil de 2014, Butori<sup>12</sup> afirmou que a legislação saiu conforme acordado entre entidades e governo, sem “surpresas desagradáveis”, e que o Inovar-Auto “teve a qualidade de frear esse processo [de importação de automóveis] e as empresas começaram a trazer fábricas para o Brasil”. De fato, havia um alinhamento entre o governo de Dilma Rousseff e os empresários de autopeças e trabalhadores, no sentido da coalizão produtivista, de tal modo que as medidas macroeconômicas, a política industrial e, notadamente, o Inovar-Auto atendiam aos anseios e interesses específicos do setor, contidos no documento publicado pelo Sindipeças em maio de 2011. Destarte, é importante notar que tais medidas não partiram de simples voluntarismo de Dilma e sua equipe econômica, mas foram resultado da pressão e das demandas do setor. A fala de Butori<sup>13</sup> no mesmo Congresso da SAE Brasil de 2014 é ilustrativa: ao se referir ao programa de rastreabilidade de componentes, o presidente do Sindipeças observou que “[o programa de rastreabilidade] é o resultado que nós colhemos de todo esse processo do Inovar-Auto. Quando nós apertamos, o que saiu de sumo é a rastreabilidade”.

Apesar do aparente entusiasmo dos empresários de autopeças com as medidas da Nova Matriz Econômica, o posicionamento com relação ao governo se altera ao final de 2014 e início de 2015, pós-reeleição de Dilma. O mesmo Paulo Butori, que em 2014 saudara o Inovar-Auto e as políticas econômicas do governo, passou a criticar o novo regime automotivo, afirmando que não houve qualquer benefício significativo ao setor<sup>14</sup>, funcionando apenas para atrair novas fábricas montadoras ao país – muito embora, é importante salientar, aspectos importantes de tais medidas tenham se originado de propostas do próprio Sindipeças. Com o cenário de dificuldades econômicas em 2015, tendo em vista a queda na produção de automóveis, as críticas ao ensaio desenvolvimentista se intensificam e o setor foi paulatinamente se afastando do governo e se aglutinando à frente única

---

<sup>12</sup> Giovanna Riato, “Sindipeças comemora regulamentação do Inovar-Auto”, *Automotive Business*, 30 set. 2014. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/20609/sindipeças-regulamentacao-do-inovar-auto-atendeu-expectativas>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

<sup>13</sup> Ver nota 12; *Automotive Business*, *Sindipeças comemora nova regulamentação do Inovar-Auto*, 2 out. 2014. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jBFRjgGLsNc>>. Acesso em 17 set. 2019.

<sup>14</sup> Alexandre Akashi, “Agora é a hora de exportar’, diz Paulo Butori”, *Automotive Business*, 06 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/21743/agora-e-a-hora-de-exportar,-diz-paulo-butori>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

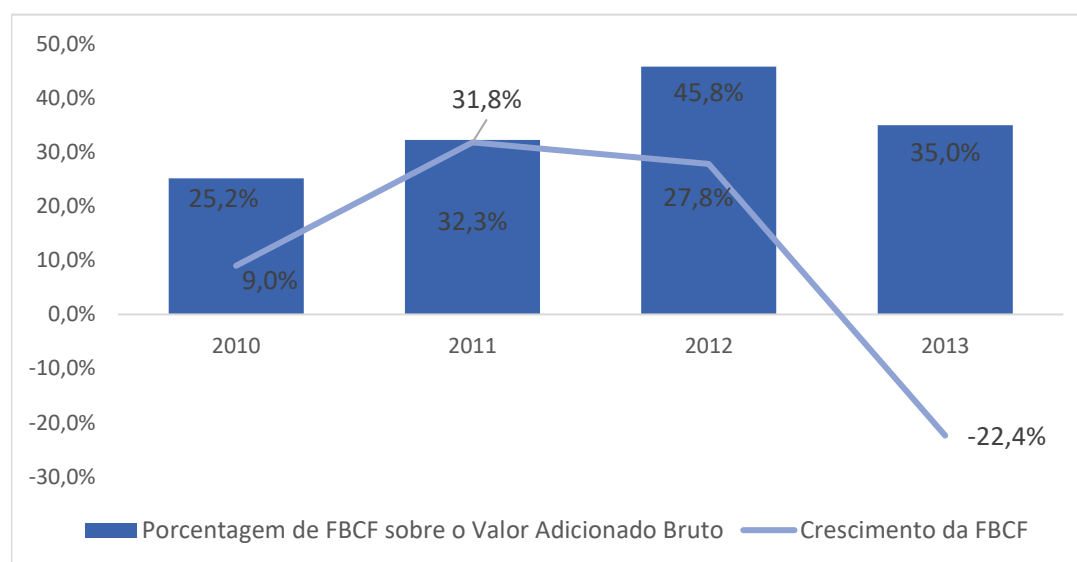
Alexandre Akashi, “‘Inverno será longo’, prevê o Sindipeças”, *Automotive Business*, 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/22516/inverno-sera-longo,-preve-o-sindipeças>>. Acesso em: 13 abr. 2019.



burguesa antidesenvolvimentista (SINGER, 2018), a ponto de, em março de 2016, empresários de autopeças defenderem abertamente<sup>15</sup> o impeachment de Dilma Rousseff como única solução possível para a retomada de investimentos e do crescimento do país. Ainda mais, ao analisar o índice de formação bruta de capital fixo do setor (gráfico 3), nota-se que a mudança de posicionamento, muito embora não abertamente declarada, iniciou-se já em 2013, com uma queda significativa nos investimentos em um ano de economia aquecida e crescimento de 3,0% do PIB.

Como compreender a queda nas inversões e a mudança de posicionamento? O que levou os empresários de autopeças a se colocarem contrários à política econômica proposta e referendada por eles próprios? Por que não defenderam o ensaio desenvolvimentista e, pelo contrário, aderiram à plataforma neoliberal de austeridade, a qual, em tese, seria contrária a seus próprios interesses, tendo em vista o efeito deletério, a curto prazo, sobre investimentos e consumo?

**Gráfico 3 – Formação bruta de capital fixo no setor de autopeças (2010-2013) em R\$ bi constantes (base 2000)**



Fonte: Elaboração do autor com dados de Miguez (2016)

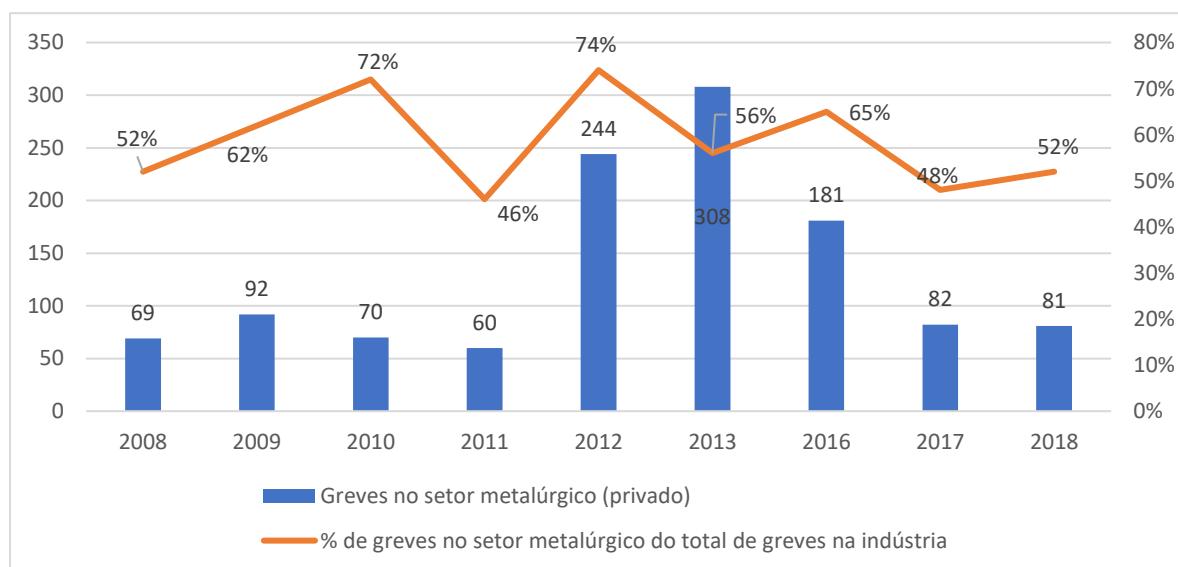
Surgem, de início, algumas hipóteses explicativas. O ensaio desenvolvimentista de Rousseff promoveu, além do crescimento salarial, uma política de pleno emprego, tendo como resultado o fortalecimento da classe trabalhadora, que se refletiu no aumento explosivo do número de greves do setor metalúrgico a partir de 2012 (gráfico 4) – com queda bastante significativa a partir de 2016 – e na maior participação das remunerações do trabalho no valor adicionado bruto do setor de autopeças

<sup>15</sup> Eduardo Laguna, “Em crise, indústria de autopeças defende destituição”, *Valor Econômico*, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4492476/em-cri-se-industria-de-autopecas-defende-destituicao>>. Acesso em: 09 abr. 2019. Besaliel Botelho, presidente da Bosch para a América Latina, defendeu o impeachment afirmou para a reportagem que “o Brasil não essa turma que está aí. O Brasil somos nós”. Nelson Fonseca, presidente da Truck & Bus, apontou que o país poderia sofrer uma rápida fuga de empresas e investidores caso a destituição não se efetivasse. O próprio Paulo Butori afirmou inclusive ter participado das manifestações a favor do impeachment no dia 13 de março de 2016, na Avenida Paulista em São Paulo.

(gráfico 5). Mais do que isso, a política de pleno emprego significou a retirada das mãos do empresariado de um importante instrumento de controle da política econômica, qual seja, a ameaça de desemprego, o que, seguindo o argumento kaleckiano de greve de investimentos, poderia explicar a queda na taxa de inversões (RUGITSKY, 2015; SINGER, 2018). Diante de uma conjuntura de ascensão da classe trabalhadora, o empresariado tenderia a valorizar mais a estabilidade econômica e a manutenção da dominação sobre os trabalhadores, utilizando-se, para isso, da redução de investimentos.

É plausível supor, destarte, que a oposição dos empresários de autopeças ao ensaio desenvolvimentista, mesmo com a implantação de políticas de seu interesse, possa ser explicada, em partes, pelo conflito distributivo. Algumas manifestações de empresários do setor reforçam a hipótese: já em dezembro de 2013, no Encontro Nacional da Indústria (ENAI), Luiz Tarquínio<sup>16</sup>, presidente da Tupy, fundição brasileira e uma das maiores produtoras de blocos de motor do mundo, criticou a elevação salarial e sugeriu que a ascensão da classe C teria criado um problema. No mesmo sentido, George Rugitsky<sup>17</sup>, presidente da Freudenberg-NOK, em evento organizado pelo jornal *Automotive Business*, criticou o aumento dos salários sem correspondente na produtividade das empresas.

**Gráfico 4 – Greves no setor metalúrgico**

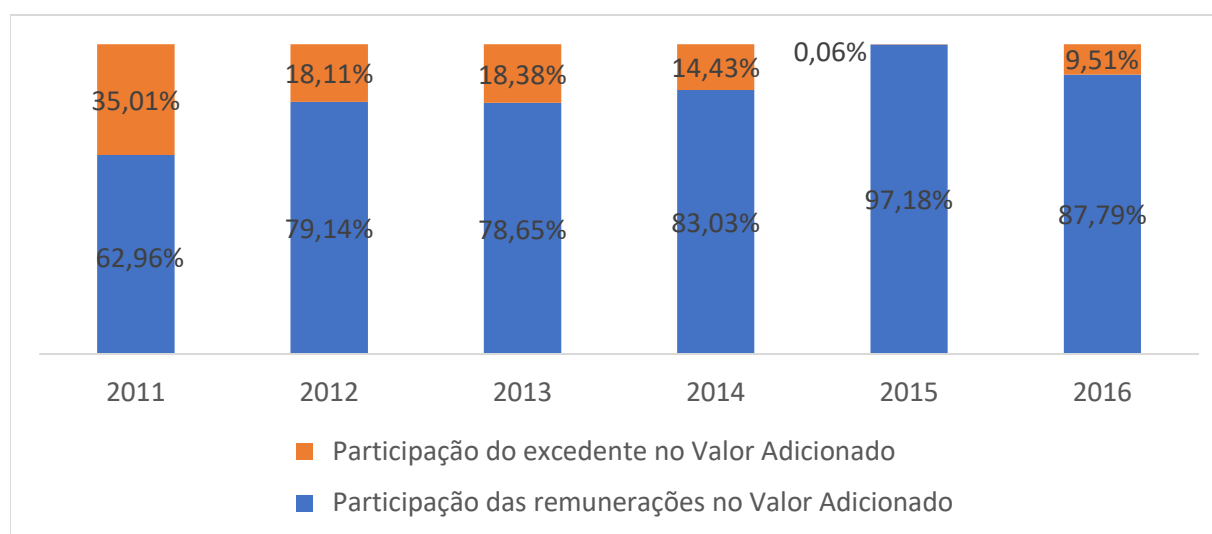


Fonte: Elaboração do autor com dados do DIEESE (o Balanço de Greves do DIEESE não oferece os dados relativos aos anos de 2014 e 2015)

<sup>16</sup> Daniel Rittner et al., “Dilma defende indústria, mas setor pede mais atenção”, *Valor Econômico*, 12 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3369682/dilma-defende-industria-mas-setor-pede-mais-atencao>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

<sup>17</sup>Alexandre Akashi, “‘Inverno será longo’, prevê o Sindipeças, *Automotive Business*, 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/22516/inverno-sera-longo,-preve-o-sindipeças>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

**Gráfico 5 – Participação de remunerações e de excedente no valor adicionado bruto do setor de autopeças**



Fonte: Elaboração do autor com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

Em entrevista realizada pelo autor no mês de setembro de 2019, Paulo Butori, agora ex-presidente do Sindipeças, além de tecer críticas à execução do programa Inovar-Auto e à maneira através da qual Rousseff estabelecia contato com os empresários, desaprovou o aumento de salários no período de 2011-2016 e afirmou que as medidas do governo Michel Temer, principalmente a Reforma Trabalhista (lei 13.476/2017) e o Teto dos Gastos Públicos (EC 95), foram adequadas: “era o que deveria ser feito”. No mesmo sentido, outro empresário do setor, presidente do conselho administrativo de grande empresa brasileira transnacional, apontou, também em entrevista, que a política econômica do governo Dilma Rousseff estabeleceu um “protecionismo excessivo” no setor automotivo e promoveu a redução dos juros de maneira equivocada, através da ação dos bancos públicos, e não por meio da solução dos problemas estruturais que explicariam as taxas elevadas. O empresário criticou igualmente a intervenção do governo no setor elétrico, com a MP 579, que teria gerado certa “insegurança jurídica”, e defendeu as reformas promovidas no governo Temer.

É interessante ressaltar a concordância ideológica destes dois empresários à política econômica neoliberal ortodoxa, centrada na redução dos gastos públicos e na flexibilização, muito embora a atividade de suas empresas se concentre unicamente na produção, sem participação no setor financeiro. Notam-se, pois, uma compreensão da Nova Matriz como uma política afastada dos interesses e necessidades do setor de autopeças – ainda que tenha sido formulada, em grande medida, como resposta às demandas desse mesmo setor – e a adesão ao discurso da austeridade fiscal, mesmo que uma política de tal natureza possa trazer resultados negativos, no curto prazo, para consumo e investimentos, o que demonstra, ao menos no caso destes dois entrevistados, a composição com a frente única burguesa antidesenvolvimentista – há, ainda, a presença de certa “solidariedade

burguesa” na fala do segundo entrevistado, haja vista sua posição em relação à MP 579, que provocou perdas financeiras para o setor elétrico.

#### 4. Conclusões

Este trabalho expôs uma produção empírica referente à atuação e ao posicionamento político de empresários industriais de dois setores no Brasil, fundamentado em uma hipótese geral de formação de uma unidade burguesa antidesenvolvimentista ao longo dos anos 2010, e em hipóteses correlatas referentes às causas de tal deslocamento político. Destas, ressalta-se o conflito distributivo, aqui exposto por dados estatísticos e pela visão empresarial de que as políticas econômicas dos governos petistas levaram a um aumento do poder relativo das classes trabalhadoras, contrariando seus interesses, com uma necessidade decorrente de valorizar a “estabilidade” e recuperar sua posição anterior. Sobressai também a hegemonia ideológica do neoliberalismo na atribuição de causalidade da crise econômica ao “descontrole nos gastos” e na defesa de sua superação pela austeridade fiscal. Apesar de prejudicados pela política econômica adotada a partir de 2015, os empresários dos setores aqui estudados seguem a ela alinhados, e não atribuem ao arrocho a continuidade da crise e das dificuldades de suas empresas.

Importante ressaltar as muitas semelhanças tanto na evolução dos dados econômicos dos dois setores ao longo dos governos Lula e Dilma, quanto no posicionamento dos empresários. Na construção civil e na indústria de autopeças, houve a implementação efetiva de um conjunto significativo de medidas que impactaram o crescimento econômico do país, dos setores e das empresas analisadas, e em ambos há, no plano do discurso, uma relativização das políticas adotadas e da importância do Estado na promoção do desenvolvimento. No que se refere ao conflito distributivo, as semelhanças permanecem, mas a lógica do pensamento empresarial se inverte: os dados e o discurso confluem para descrever o período como de intensificação dos conflitos de classe pelo aumento da participação das remunerações na relação capital-trabalho. E neste caso, não há relativização da política: os governos conduzidos pelo PT são responsabilizados.

Dessas considerações é possível aqui fazer referência a Cardoso (1972) e sua análise do comportamento político do empresário industrial brasileiro. Durante o governo Dilma, talvez o Brasil tenha novamente se deparado com “as inconsistências do projeto de hegemonia política da burguesia industrial”. Ao buscar se afirmar como classe dominante e promover a expansão econômica do país, a burguesia industrial se vê “embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as forças urbanas e populares. Para assegurar a expansão econômica e tentar o controle político do momento arrisca-se a perder a hegemonia no futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro” (CARDOSO, 1972, p. 186).

## 5. Referências bibliográficas

ARBIX, Glauco. **Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística**. São Paulo: Scritta, 1996.

BARROS, Daniel Chiari; CASTRO, Bernardo Hauch Ribeiro de; VAZ, Luiz Felipe Hupsel. Panorama da indústria de autopeças no Brasil: características, conjuntura, tendências tecnológicas e possibilidades de atuação do BNDES. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 167-216, set. 2015.

BIANCHI, A. **Um ministério dos industriais**: a Federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Unicamp, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012. Regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, na hipótese que especifica. Brasília: Congresso Nacional, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da indústria, comércio exterior e serviços (MDIC). **Sistema de Acompanhamento do Inovar-auto**. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://www.inovarauto.mdic.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8015, de 17 de maio de 2013. Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Brasília: Congresso Nacional, 2013b.

BRASIL. (2014). Comitê Gestor do PAC. **11º Balanço do PAC2** – set/dez. Disponível em: [http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/11/PAC11\\_MinhaCasaMinhaVida.pdf](http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/11/PAC11_MinhaCasaMinhaVida.pdf). Acesso em: 10 jun 2015.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves. Política industrial do governo Lula. **Texto para discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, jul. 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.9-27, 1983.

DINIZ, E. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP); CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT); SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC; FORÇA SINDICAL; SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES. **Brasil do diálogo, da produção e do emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego**. São Paulo, 2011.

FIX, M. A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2011.

KLINTOWITZ, D. C. **Entre a Reforma Urbana e a Reforma Imobiliária**: A coordenação de interesses na política habitacional brasileira nos anos 2000. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: 2015.

MARICATO, E. A Nova Política Nacional De Habitação. **Jornal O Valor**, v. 24 nov. 2005.

MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MESSA, Alexandre. Impacto de políticas de exigência de conteúdo local: o caso do programa Inovar-Auto. In: MESSA, Alexandre; OLIVEIRA, Ivan Thiago Machado (org.). **A política comercial brasileira em análise**. Brasília: IPEA, 2017, p. 355-373.

MIGUEZ, Thiago de Holanda Lima. **Evolução da formação bruta de capital fixo na economia brasileira 2000-2013**: uma análise multisetorial a partir das matrizes de absorção de investimento (MAIs). 2016. 155 f. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) – Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUGITSKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Paulo Zahluth (org.). **Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015, p. 131-137.

SALERNO, Mario Sergio; ZILBOVICIUS, Mauro; ARBIX, Glauco; DIAS, Ana Valéria Carneiro. Mudanças e persistências no padrão de relações entre montadoras e autopeças no Brasil. **Revista de Administração da USP**, São Paulo v. 33, n. 3, p. 16-28, jul./set. 1998.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (SINDIPEÇAS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS (ABIPEÇAS). **Desempenho do setor de autopeças 2018**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.sindipecas.org.br/area-atuacao/?co=s&a=desempenho-setor-de-autopecas>>. Acesso em: 03 out. 2018.

SINGER, A. V. Cutucando onças com varas curtas. **Novos Estudos**, 2015.

\_\_\_\_\_. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.